

As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras

*Pedro Henrique Pedreira Campos**

Resumo: Atualmente, um dos setores mais dinâmicos e com maior presença internacional da economia brasileira é o da indústria de construção. Essa tendência remonta ao período da ditadura, quando a Mendes Júnior foi pioneira no processo de internacionalização. Hoje, diversas empresas da área têm atuação no exterior: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão e OAS. Para compreender esse processo, é necessário estudar a atuação dessas empresas durante o período ditatorial e também a presença das mesmas no aparelho de Estado. Levando-se em conta a recessão que dominou a economia brasileira à época da crise do “milagre” e a consolidação das empresas no final dos anos 1970, é possível compreender as incursões dessas companhias no exterior, caracterizando o setor como um dos mais poderosos do imperialismo brasileiro no início do século XXI.

Palavras-chave: Indústria de Construção; Brasil – República – Ditadura (1964-1985); Imperialismo.

Abstract: Actually, one of the sectors more dynamic and with greater presence international of the Brazilian economy is the construction industry. This tendency remounts to the period of the dictatorship, when Mendes Junior was the pioneer on the process of internationalization. Today, there are several enterprises of the area that have participation in foreign lands: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão and OAS. To comprehend this process, it's necessary to study the situation of these enterprises during the dictatorship period and also the presence of these companies in the State. Remembering the recession that dominated the Brazilian economy in the age of the crisis of the “miracle” and the consolidation of these construction enterprises in the end of the 70's, it's possible to comprehend the incursions of these companies in other countries, characterizing the sector as one of the most powerful of the Brazilian imperialism in our days.

Keywords: construction industry; Brasil – Republic – Dictatorship (1964-1985); Imperialism

* Doutorando em História social na Universidade Federal Fluminense e professor na UFF e na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias.

1

Um processo bastante vigoroso por que passam a empresas brasileiras de indústria de construção desde a década de 1970 é o da transformação dessas companhias em multinacionais. Pode-se dizer, sem grande chance de erro, que atualmente os ramos mais internacionalizados da economia brasileira são o de engenharia e o de siderurgia, contando com diversas transnacionais que atuam em várias partes do mundo. As principais empreiteiras nessa situação são Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão e OAS. Todas elas têm presença consolidada no exterior e serão citadas constantemente daqui por diante.

Para se compreender esse processo, é necessário retornar algumas décadas da história e debruçar-se sobre grandes obras feitas no país e sobre a penetração de representantes dessas empresas e de suas agências específicas no aparelho de Estado. A partir do poder do grupo e também das diferentes conjunturas passadas pela economia brasileira nas últimas décadas será possível explicar esse processo de internacionalização.

Essas grandes firmas de construção civil nacionais surgiram por volta da década de 40. Como o nome de quase todas deixa mostrar, essas são empresas de origem familiar e nacional. A Odebrecht (NO) foi fundada na cidade de Salvador, em 1944, por Norberto Odebrecht, descendente de imigrantes alemães que chegaram a Santa Catarina em meados do século XIX. A Andrade Gutierrez (AG) foi criada em 1948 por Flávio Gutierrez e pelos irmãos Gabriel e Roberto Andrade e é mineira, assim como a Mendes Júnior (MJ), de 1953. A Camargo Corrêa (CC) é a mais antiga de todas, de 1939, gerada em Jaú, interior de São Paulo, por Sebastião Ferraz de Camargo Penteado, uma das maiores fortunas brasileiras, e Sylvio Brant Corrêa. A pernambucana Queiroz Galvão (QJ) nasceu em 1953 das mãos de três irmãos, Antonio, Mário e Dário Queiroz Galvão. Por fim, a OAS é a mais novata de todas, datando de 1976, em Salvador (www.odebrecht.com.br; www.queirozgalvao.com.br; www.mendesjunior.com.br; www.camargocorrea.com.br; www.andradegutierrez.com.br).

Um dos motivos pelo qual três das maiores empresas de engenharia nacionais serem nordestinas é o fato de existirem grandes obras no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960, principalmente por conta da SUDENE e de hidrelétricas na região, o que fortaleceu e muito as firmas locais. A maioria dessas empresas não manteve as sedes nos estados de origem, fazendo com que, hoje, as quatro maiores tenham centro nacional no Rio e em São Paulo. Outra aparente distorção na origem regional das companhias é a presença de apenas uma construtora paulista e duas mineiras. Para se entender essa peculiaridade é preciso voltar os olhos para os cinco anos da administração do presidente mineiro Juscelino Kubitschek.

No Plano de Metas do governo JK, estavam previstos 10 mil quilômetros de rodovias a serem construídas, mas, em 1960, haviam sido feitos 20 mil quilômetros, ao passo que, no mesmo período, foram criados 826 km de estradas de ferro. Esses números se relacionam diretamente com a escolha do modelo rodoviário no Brasil, que remete à chegada das grandes montadoras multinacionais no período, quais sejam Volkswagen, General Motors, Mercedes-Benz e Toyota. Um caso mais emblemático do período é o da construção da estrada Belém-Brasília, enorme rodovia realizada pela Queiroz Galvão que corta grande parte do território nacional e que foi utilizada como marco de integração da Amazônia, segundo o discurso oficial. A mineira Andrade Gutierrez ganhou a oportunidade de fazer a sua primeira obra interestadual no período, com a BR-3, atual BR-040, no trecho que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte (MARANHÃO, 1981: 44-67).

Porém, a maior área de ganho das empreiteiras não foi e nem é a construção de rodovias e sim as hidrelétricas e barragens. É nesse tipo de obra que essas firmas mais auferem ganhos e que elas acabam se consolidando. Ainda no governo JK, foram construídas duas grandes hidrelétricas, as de Furnas e de Três Marias, que junto com outros projetos aumentaram em 65% a produção energética nacional. A construção da usina de Furnas foi importante para o fortalecimento da empresa mineira Mendes Júnior, que a construiu, e acabou sendo a primeira multinacional brasileira de engenharia.

Outra importante alavanca para o ramo da construção pesada nacional foi a Petrobras e os seus requisitos na área de engenharia. Todas essas companhias prestaram serviços para a estatal e tiveram lucros com isso, havendo o caso extremo da Odebrecht que, em sua apresentação empresarial se orgulha de ter construído para a empresa refinarias, plataformas, estradas, prédios – inclusive o prédio-sede da BR na avenida Chile, no Rio –, portos e ter perfurado nada menos do que 140 poços de petróleo e gás no mar.

Se o governo de Juscelino possibilitou amplas encomendas para a construção civil brasileira, o regime ditatorial foi mais favorável ainda para essas empresas. Em primeiro lugar, a política dos governos ditatoriais foi, em geral, benéfica para o grande capital. Medidas como o rebaixamento do salário mínimo e restrições para os aumentos salariais, imposição de silêncio aos sindicatos, o incentivo às fusões de empresas, a criação das poupanças compulsórias do FGTS, PIS e PASEP, a inação forçada da justiça do trabalho e de mecanismos fiscalizadores típicos propiciaram o crescimento dos lucros privados e a consolidação de conglomerados empresariais. No caso da construção civil, as restrições à justiça trabalhista e aos mecanismos fiscalizadores – tais como imprensa, ministério público –

3

tiveram o efeito perverso de incrementar em grande escala os acidentes de trabalho (MENDONÇA; FONTES, 1996: 66-9; IANNI, 1981: 69-78).

Para o setor da construção, importantes medidas do regime ditatorial foram a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a encomenda de grandes obras às empreiteiras. O BNH foi projetado antes do período ditatorial por membros do IPES/IBAD como Sandra Cavalcanti, aliada de Carlos Lacerda e secretária de seu governo no estado da Guanabara, e outros agentes que participaram do planejamento do golpe de 64. Criado logo após a derrubada de João Goulart, o BNH estava incluído na reformulação do sistema financeiro nacional, que incluiu também a criação do Banco Central e do Sistema Federal de Habitação. O banco tinha o propósito de implementar políticas governamentais de habitação, refinanciar o crédito habitacional, remover favelas, dentre outras incumbências menores. Os recursos utilizados pelo banco estatal eram oriundos do FGTS e da poupança voluntária. Forjado para o financiamento de casas para as classes populares, o BNH foi utilizado preferencialmente para custear imóveis de pessoas de rendimento médio, já que não se admitia a hipótese de subsídio total das casas (FONTES, 1986: 120-8; 156-63; DREIFUSS, 1981: 231-52; 446-7).

Se o BNH é um elemento central para se compreender o fortalecimento das empresas de construção imobiliária, as grandes obras realizadas a partir de 1964 explicam em boa medida a robustez das grandes firmas de engenharia nacional no fim do período ditatorial. O modelo rodoviário, estabelecido na gestão JK, foi reiterado, com a construção de grandes estradas, como a Transamazônica e outras, em especial na região Norte do país. Isso fez com que, no final da década de 1970, mais de 80% de todo o transporte no país fosse feito em rodovias. As hidrelétricas de grande porte passaram a virar regra nas construções para a área de energia, chegando ao ápice da construção de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo em atividade até hoje, com uma potência de 14.000 MW. Além da hidrelétrica no rio Paraná, podem ser destacadas as usinas de Tucuruí I e II, Ilha Solteira, Xingó, Paulo Afonso IV e Itumbiara, todas com mais de 2.000 MW de potência instalada. No período, houve outras grandes obras como a construção das linhas de metrô urbano, estádios, pontes, túneis, usinas nucleares e outras (MANTEGA; MORAES, 1991: 59-71).

Maria Moraes e Guido Mantega afirmam que, no final da década de 1970, a economia nacional se mostrava mais madura, mais autônoma que anteriormente, com a emergência de grupos monopolistas em três setores: na produção de bens de produção, na área financeira e na de construção civil. Por grupos monopolistas, entenda-se grandes grupos empresariais que têm um controle monopolista ou oligopolista sobre um determinado ramo da produção. São

4

grupos de formação e constituição razoavelmente nacional, apesar de estarem na órbita da produção de bens duráveis, ramo dominado pelas multinacionais. Os bens de produção tiveram um grande crescimento durante o chamado período do “milagre”, com a triplicação da produção no setor. Os bancos nacionais foram altamente beneficiados pela reformulação do sistema financeiro nacional e pela emissão de papéis do governo, ganhando caráter nacional e grande penetração no aparelho de estado no final do período ditatorial. Por fim, o setor da construção civil teve crescimento destacado em função da nova política habitacional e das grandes obras (MANTEGA; MORAES, 1991: 13-20).

Para que as empresas do setor da construção pudessem ter poder no aparelho de Estado, pressionando por obras de infra-estrutura, medidas benéficas e políticas favoráveis, foi necessário que elas se organizassem em aparelhos privados de hegemonia. Esses organismos específicos têm por fim a representação e reivindicação dos interesses das construtoras dentro do aparelho de Estado. Desde o final da década de 1950, foram criadas diversas agências desse tipo, como a Câmara Brasileira de Construção Civil (CBIC), em 1957, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON), em 1959, e, por fim, a mais importante de todas, a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), em maio de 1964. Esse último órgão reúne as principais empresas do ramo e tem maior projeção que as outras agências, por ter interlocução com a Petrobras e também maior acesso à mídia e à imprensa (<http://www.cbic.org.br>; <http://www.sinicon.org.br>; www.abemi.org.br).

Com essa representatividade, as empresas do setor reunidas em objetivos comuns puderam barganhar e pressionar por políticas favoráveis ao longo do regime ditatorial, fator decisivo para a monopolização das empresas no final dos anos 70. E é exatamente nesse período que as empreiteiras brasileiras deixam de atuar unicamente no país para entrar em grandes projetos no exterior. Apesar de essa tendência se mostrar no final da década de 1970 e início dos anos 1980, antes disso, a Mendes Júnior solitariamente participou de alguns projetos no exterior. Em um momento em que o Brasil não tinha nenhuma outra multinacional no ramo, a empresa construiu uma hidrelétrica na Bolívia, de 1969 a 1973, e uma rodovia na Maurítânia, de 1975 a 1979. No final da década de 1970, quando outras empresas do ramo já começavam a participar de projetos no exterior, a construtora mineira participou de um interessante mecanismo da política externa do governo Geisel. Como o petróleo tinha quadruplicado de preço em 1973 e a balança de comércio com o Iraque era em muito desfavorável para o Brasil, a solução encontrada pelo Itamaraty foi a de trocar petróleo por serviços de engenharia. Nisso, a MJ foi convidada para a construção de uma ferrovia, uma

5

rodovia expressa e uma estação de bombeamento do rio Eufrates, o chamado projeto Sifão. Ao valor de US\$ 1,3 bilhão, as obras mobilizaram 10 mil trabalhadores brasileiros e tiveram por saldo a abertura do valioso mercado do Oriente Médio para outras empreiteiras brasileiras, região até hoje com obras da Odebrecht e Andrade Gutierrez. Apesar de a Mendes Júnior ter incrementado sua participação no exterior nas décadas de 1980 e 1990 com hidrelétricas, obras de metrô, minas e tratamento de água na China e no Chile, ela não participa hoje do rol das principais multinacionais brasileiras da indústria de construção (www.mendesjunior.com.br).

As demais firmas de obras pesadas começaram a se internacionalizar em fins da década de 70. Em 1978, a Camargo Corrêa começou a construção da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, a segunda em potência do mundo, então, com capacidade instalada de 10.300 MW. Em 1979, a construtora Norberto Odebrecht iniciou obras de barragens no Chile e no Peru, inaugurando sua fase internacional. Em 1983, A Andrade Gutierrez estabeleceu o seu primeiro projeto no exterior, o de uma rodovia no Congo. Com uma barragem próxima a Montevideú, a Queiroz Galvão fincou os pés na América Latina, em 1984. Por fim, a OAS tem projetos internacionais desde 2003 (www.odebrecht.com.br; www.andradegutierrez.com.br; www.camargocorrea.com.br; www.queirozgalvao.com; www.oas.com.br).

A dispersão dessas empresas pelo mundo, em seguida, só tendeu a aumentar, mas não seguiu em uma ordem aleatória. Muito pelo contrário, o que se vê são focos bem claros nesse processo. Em primeiro lugar, mais da metade das obras no exterior se situa na América Latina, preferencialmente nos países da América do Sul. A presença marcante na América do Sul é o traço fundamental da internacionalização dessas empresas e um caso emblemático disso é a Bolívia, o único país do mundo em que todas as cinco grandes empresas construtoras brasileiras estão presentes. Após a América do Sul e América Latina, o alvo são outros países subdesenvolvidos, em especial a África e, em menor escala, o Oriente Médio. As incursões nos países desenvolvidos é marginal, sendo emblemático o fato de que apenas duas empresas, a AG e a NO, estejam presentes em um mercado gigante como o norte-americano e apenas a Odebrecht tenha presença na Europa para além de Portugal. A explicação para isso é o alto desenvolvimento das empresas de engenharia dos centros dominantes do capitalismo mundial. Enquanto as grandes empresas de construção civil norte-americanas, européias e japonesas tornam os mercados dos seus países de origem dificilmente penetráveis para as empresas

6

brasileiras, regiões como a América Latina, a África e a Ásia apresentam um quadro inverso; não tem empresas poderosas o suficiente para fazer frente às grandes brasileiras.

O continente africano apresenta exatamente essas características e, por isso, é o segundo mercado preferencial para as construtoras brasileiras, destacando-se a África portuguesa. Após a independência desses países, muitas obras foram encomendadas a empresas estrangeiras pagas com recursos da exportação de matérias-primas e recursos minerais. O caso de Angola é emblemático. Independente em 1975, o país de governo comunista teve como primeiro país estrangeiro a reconhecer a sua independência o Brasil, que tinha então um Estado ditatorial de direita. Logo em seguida, a Petrobrás passou a atuar no país e, já em 1980, também a Odebrecht, para construir hidrelétricas, estradas e sistemas de abastecimento de água. Hoje, a empreiteira tem quase 11 mil funcionários no país e divide o mercado de engenharia local com AG, CC e QG (*O Globo*. 20/08/2006: 38).

O movimento de internacionalização dessas empresas não se reduziu ao fim do regime ditatorial; muito pelo contrário, mostra-se fortemente atual. Por isso, vemos diariamente nos jornais notícias como a da morte de um funcionário da Odebrecht no Iraque invadido pelos Estados Unidos; a tentativa da CC, AG e QG de participar da ampliação do Canal do Panamá, obra orçada em US\$ 5,2 bilhões; a expectativa de rescisão pelo governo boliviano de um contrato com a Queiroz Galvão para a construção de uma estrada no país por conta de graves denúncias de irregularidades no processo de licitação e construção; dentre muitas outras (www.oglobo.com; www.mre.gov.br).

Hoje, essas companhias estão presentes juntas em 35 países do mundo e tem boa parte de suas receitas provenientes do exterior. A empresa-líder desse processo, a construtora Norberto Odebrecht, já teve obras em 30 países do mundo e, atualmente, tem 80% de todas as suas receitas oriundas de atividades no exterior, índice inédito no Brasil.

Em 2004, as exportações de serviços das empresas de engenharia brasileiras chegaram a US\$ 2,3 bilhões, prevendo-se US\$ 3 bi para 2005 e US\$ 4 bi para 2006, números que provavelmente foram alcançados. Para essa trajetória ascendente dos últimos anos foi fundamental uma política do governo Lula de financiamento das exportações, incluindo a de serviços. De acordo com os parâmetros dessa política, o BNDES e o Banco do Brasil resguardam uma linha de crédito específico para as exportações de empresas nacionais. Assim, bancos estatais financiam obras por toda a América do Sul, África e outros locais (www.cbic.org.br).

O ano de 2006 foi um marco para a internacionalização das empresas brasileiras em geral, não só as de engenharia. Ao longo desse ano, as empresas brasileiras fizeram um volume de investimentos no exterior maior do que o das empresas estrangeiras no Brasil. Empresas nacionais investiram US\$ 27,2 bilhões no exterior enquanto as multinacionais estrangeiras entraram com US\$ 18,6 bilhões no Brasil. Esses números, porém, são bem discutíveis, já que US\$ 19 bilhões desses recursos que saíram correspondem à compra da Inco, empresa canadense de mineração, pela Vale do Rio Doce. As multinacionais brasileiras incluem Petrobrás, Vale, CSN, Gerdau, Coteminas e as empresas de engenharia (www.alusa.com.br).

Além dos números de investimentos, é interessante focar um dado que sempre era observado no sentido inverso, o das remessas de lucro para o exterior. Não se deve dar ênfase apenas ao que a economia brasileira remete para fora em lucros e dividendos de transnacionais instaladas no país. Em 2005, entraram no país US\$ 641 milhões de remessas de empresas brasileiras estabelecidas no estrangeiro e, em 2006, foram US\$ 928 milhões, um aumento de quase 50%, mesmo com a conjuntura cambial desfavorável, de desvalorização do dólar. Espera-se para 2007 a ultrapassagem da barreira do bilhão de dólares, com a manutenção dessa tendência. Esses números ainda são irrisórios quando comparados com o valor da remessa de lucros e dividendos das multinacionais instaladas no país para o exterior, de US\$ 16,3 bilhões em 2006, mas não se pode desprezar a entrada de 1 bilhão de dólares de lucros de empresas nacionais no país (oglobo.globo.com; www.alusa.com.br/).

Uma outra tendência paralela à internacionalização é encontrada quando se pesquisa a trajetória dessas empresas de construção. Todas elas diversificaram suas áreas de atuação diante da diminuição das grandes obras no país na decadência da ditadura partindo para áreas mais lucrativas, o que não será analisado aqui.

Uma proposta de explicação

A pesquisa que deu origem a esse artigo é ainda incipiente, sendo necessárias a coleta de mais informações e a discussão de diferentes hipóteses explicativas para se alcançar uma compreensão mais conclusiva do problema. Isso não impede que se faça um primeiro encaminhamento da questão, destacando-se as características e a historicidade desse processo de internacionalização, com vistas a encontrar a melhor explicação possível para o fenômeno.

As incursões das empresas de engenharia no exterior têm a “coincidência” de acontecerem quase ao mesmo tempo. Com a exceção da Mendes Júnior, com seu vôo solitário nos anos 70, as quatro outras grandes empresas de construção iniciaram seus projetos em território estrangeiro no período entre 1978 a 1984. A diversificações de atuação também começam no início da década de 80, acentuando-se esse processo com as desestatizações nos anos 90.

Baseado em leituras de Rufold Hilferding e John Hobson, Lênin mostrou que a expansão do capital em escala mundial é um fenômeno comum no capitalismo e se deve à busca de altas taxas de lucro (LENIN, 1985: *passim*; LENIN *apud* MANTEGA; MORAES, 1978: 16). As possibilidades de investimentos e de obtenção de grandes lucros na área de construção pesada e infra-estrutura no Brasil em fins da década de 1970 diminuíram consideravelmente devido à crise do “milagre”, ou melhor, ao esgotamento do modelo econômico da ditadura civil-militar (SINGER, 1978). A capacidade do Estado de encomendar grandes obras a essas firmas ficou reduzida devido aos índices de endividamento público e como o Estado é o principal cliente dessas companhias, houve a necessidade de ramificar ou buscar novos clientes. Essas empresas tinham adquirido experiência técnica e acumulado capital com as grandes obras desde meados da década de 50, o que facilitou a sua atuação em mercados como o latino-americano e o africano. Portanto, a explicação para a internacionalização e diversificação das atuações dessas empresas deve ser encontrada na crise do modelo econômico dos anos 70 e na conseqüente diminuição de grandes obras de engenharia internamente e no estágio de consolidação monopolista que essas empresas tinham atingido no mesmo período.

Para que o sucesso dessas incursões no estrangeiro tenha ocorrido, não se pode deixar de lembrar a importância central que teve o Estado brasileiro. Se foi com grandes obras de infra-estrutura realizadas pelo Estado e política habitacional favorável que as companhias brasileiras de engenharia se fortaleceram – criando um oligopólio no mercado de construção pesada –, as políticas estatais foram fundamentais para a internacionalização dessas empresas. Através de políticas externas favoráveis, *convites* para projetos internacionais e financiamento direto, o Estado brasileiro foi decisivo para o processo de transnacionalização. Também para a ramificação das empresas, o aparelho de Estado teve papel essencial pelas privatizações realizadas e pela criação dos mercados de concessão rodoviária, de energia e outros.

A expansão dessas empresas pelo mundo pode se considerada imperialista no sentido de que se baseia na exportação de capitais, característica maior do imperialismo de acordo

9

com a explicação de Lênin. O próprio capital financeiro, núcleo da expansão de capitais no final do século XIX e início do XX, também participa da expansão brasileira atualmente, via BNDES, BB e também de poderosos bancos privados estrangeiros e nacionais que financiam obras das construtoras no mundo. Notavelmente, há muitas diferenças entre a expansão mundial do capital atual em relação àquela ocorrida no início do século XX, mas não é possível negar a semelhança básica da tendência da exportação de capitais para busca de maiores taxas de lucro nos dois contextos. Por isso, as reflexões de Lênin parecem ser um bom ponto de partida para se tentar compreender o atual fenômeno do imperialismo.

Referências:

<http://rodaviva.fapesp.br/>, sítio acessado em 20 de janeiro de 2008.

<http://www.abemi.org.br/> acessada em 5 de abril de 2007.

<http://www.alusa.com.br/noticias/> acessado em 22 de janeiro de 2008.

<http://www.andradegutierrez.com.br/> acessado em 20 de agosto de 2007.

<http://www.camargocorrea.com.br/> acessado em 20 de agosto de 2007.

<http://www.cbic.org.br/> acessado em 26 de julho de 2007.

<http://www.mendesjunior.com.br/> acessado em 20 de agosto de 2007.

<http://www.mre.gov.br/> acessado em 22 de janeiro de 2008.

<http://www.oas.com.br/> acessado em 20 de agosto de 2007.

<http://www.odebrecht.com.br/> acessado em 19 de agosto de 2007.

<http://www.oglobo.com/> acessado em 21 de janeiro de 2008.

<http://www.queirozgalvao.com.br/> acessado em 30 de agosto de 2007.

<http://www.sinicon.org.br/> acessado em 20 de agosto de 2007.

O Globo. Reportagens de Eliane Oliveira e Ramona Ordoñez. 20 de agosto de 2006. p. 38.

O Globo. Coluna do Ancelmo Góis. 31 de agosto de 2007. p. 24.

O Globo. Coluna de Ancelmo Góis. 17 de janeiro de 2008. p. 14.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FONTES, Virgíia. *Rupturas e Continuidades na Política Habitacional Brasileira, 1920-79*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1986.

HOBSON, John Atkinson. *A Evolução do Capitalismo Moderno: um estudo da produção mecanizada*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.

MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. A economia política brasileira em questão, 1964-75. In: *Cadernos do Presente*. São Paulo: Aparte, 1978.

MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. Coleção Tudo é História. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. *História do Brasil Recente: 1964-1992*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

SINGER, Paul Israel. *A Crise do "Milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.